
MEIO AMBIENTE E TURISMO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E CONHECIMENTOS CULTURAIS NO PARQUE NACIONAL DE ZINAVE

SARA BELOTTI

Università degli Studi di Bergamo
Università degli Studi di Napoli "L'Orientale"
sara.belotti@unibg.it

Resumo

A presente comunicação ilustra a relação entre políticas ambientais e turismo sustentável em Moçambique, analisando o caso do Parque Nacional de Zinave (PNZ). Adotando uma abordagem que investiga as configurações sócio-territoriais e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais africanas e aplicando uma metodologia de pesquisa participativa, chamada estratégia SIGAP, baseada no trabalho de campo e no envolvimento dos actores locais, demonstram-se que o conhecimento dos sistemas locais e dos saberes culturais são dois aspectos imprescindível para a gestão das áreas protegidas em África, particularmente nas fases de desenvolvimento de actividades de turismo sustentável. De facto, não só para muitos países africanos caracterizados por uma economia fraca e um importante património natural e cultural as áreas protegidas são o principal recurso turístico, mas a África Austral tem hoje uma importância estratégica no âmbito do meio ambiente, quer porque aqui, na época colonial, nasceram os primeiros parques, quer para a difusão, nos últimos anos, de acções inovadoras, como a criação de áreas de conservação transfronteiriças e projectos de *community conservation* que destacam a necessidade de implementar a participação das populações também nos processos de expansão do turismo, enquanto possibilidade de desenvolvimento sócio-económico local.

A contribuição mostra o PNZ como caso de estudo significativo por duas razões: coloca-se no interior de um "peace park" de recente criação, o *Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo*, e actualmente é envolvido numa projectação conservativa e turística, promovida pelo Ministério do Turismo de Moçambique, duas ONGs italianas (CeLIM - Centro Laici Italiani per le Missioni e LVIA - *Lay Volunteers International Association*) e algumas organizações internacionais, o que permite investigar as fases de realização de uma *community conservation*. Este contexto local, foi objecto de uma tese no âmbito do Doutoramento em "Geografia do desenvolvimento e das dinâmicas urbano-regionais" (Università di Napoli "L'Orientale"-Itália) de que são apresentados aqui os resultados da primeira fase da investigação de campo, mostrando as estruturas territoriais existentes dentro do Parque e ilustrando os conhecimentos tradicionais declinados no uso dos recursos que sustentam a economia agrária e pastoral local, recorrendo ao mapeamento participativo como ferramenta para a reconstrução da organização sócio-territorial e do uso simbólico e prático dos recursos naturais.

Palavras chave: *Community conservation*, turismo sustentável, conservação ambiental, participação, sistemas territoriais

*

1. COMMUNITY CONSERVATION NA AFRICA AUSTRAL

As experiências de *community conservation*¹ realizadas na África Austral abraçam uma grande variedade de orientações, que partem de formas de participação passiva, onde as comunidades têm um controle limitado

¹ Por *Community Conservation* entende-se o conjunto de princípios e práticas baseadas na ideia que os objectivos da conservação só podem ser alcançados por meio de estratégias que enfatizam o papel dos residentes locais e envolvê-los nas fases de tomada de decisão na gestão dos recursos naturais (ADAMS, HULME, 2001: 13).

sobre as fases de tomada de decisão, para uma plena e directa participação na gestão dos recursos, definida participação activa (CENCINI, 2004: 142-143). Entre esses dois extremos existem várias combinações, que estimularam a discussão no contexto científico, bem como a identificação de várias classificações, que concentraram-se em aspectos diferentes, incluindo o nível de participação (IIED, 1994: 18), o regime de propriedade (BARROW, MURPHREE, 2001: 29-32) ou a abordagem participativa ou contractual (VENEMA, VAN DE BREEMER, 1999: 6-11)².

Na África Austral, os experimentos de *community conservation* são expressos por uma grande variedade de formas e uma considerável diferenciação de resultados, ganhando muitos elogios mas também críticas e perplexidades. Apesar disso, no entanto, a nova abordagem tem contribuído muito para reintroduzir a importância das comunidades locais em um debate que por muito tempo tem concentrado em relações hierárquicas estritamente centralizada levando, em alguns casos, a uma melhoria real das condições de vida das populações locais³. No entanto, realizar os objetivos da *community conservation* na prática resulta ser em muitas situações muito difícil, especialmente, em realidade como os da África Austral caracterizadas por uma enorme riqueza natural, mas de uma economia fraca e situações políticas incertas. Analisando a situação em Moçambique, em particular, destaca-se que, apesar das boas intenções declaradas nas estratégias de desenvolvimento das áreas protegidas e nos programas para promover o turismo (Ministério do Turismo, 2004. República de Moçambique, 2010. Resolução n.º 63, 2009) para a aplicação de uma maior participação, colocando as comunidades locais no centro das intervenções, na prática esta é conseguida apenas parcialmente, devido à falta de financiamento assim como de pessoal qualificado, precisando a intervenção de agentes externos, tais como o Banco Mundial ou outras organizações de cooperação. Para garantir que os projectos possam resultar, portanto, no futuro será necessário por parte de todos os sujeitos envolvidos uma tomada de consciência respeito ao papel que as comunidades africanas têm na preservação do seu próprio território e as oportunidades de desenvolvimento que este pode oferecer por eles. Ao mesmo tempo, a estas populações rurais devem ser fornecidas ferramentas adequadas que lhes permitam tomar as rédeas da conservação, como legítimos donos do seu território, valorizando, paralelamente, os saberes e os conhecimentos tradicional, que durante séculos tenham regulamentado a relação simbiótica entre o homem e a natureza.

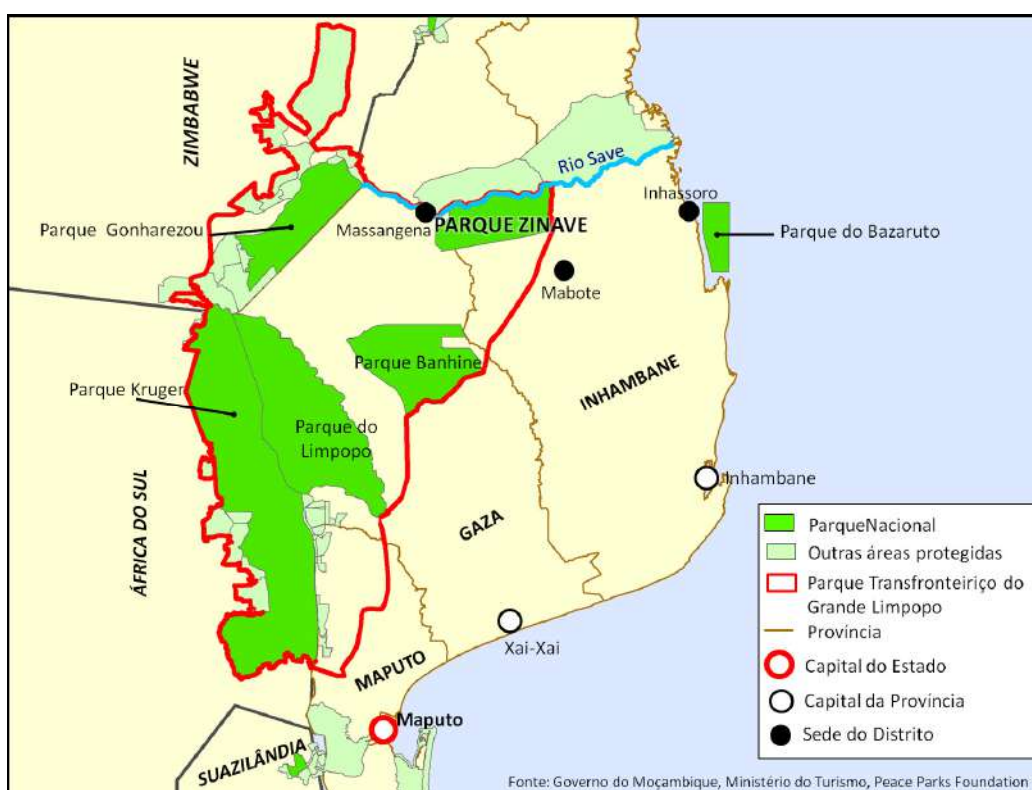
² Integrando as diferentes classificações, Cencini (2004:143), distingue três formas fundamentais de *community conservation*, nomeadamente: **participação passiva** (*Protected Area Outreach*); **co-gestão** (*Collaborative Management*); **participação activa** (*Community Based Natural Resources Management – CBNRM*).

³ Como foi o caso, por exemplo, na Zâmbia (projecto ADMANE) e no Zimbabwe (projecto CAMFIRE), onde os lucros da caça, uma vez utilizados exclusivamente para os cofres do Estado, hoje são destinados para os residentes dos vários distritos envolvidos.

É neste contexto que o trabalho apresenta os resultados obtidos durante a primeira fase da pesquisa de campo desenvolvida no Parque Nacional de Zinave que tem visto a aplicação de uma metodologia particular, a estratégia SIGAP (CASTI, 2006: 950-953) que, a partir da reconstrução da estrutura sócio-territorial dos povoados da área protegida, propõe o uso de mapeamento participativo como base para um sistema cartográfico GIS de comunidade apto a expressar e comunicar facilmente os valores locais, contribuindo para implementar o processo de governança ambiental e participação das populações nas fases de tomada de decisão nas novas políticas de desenvolvimento activadas para a área protegida.

2. O CASO DO PARQUE NACIONAL DE ZINAVE

Instituído em 1973, com a Diploma Legislativo n.º 47 de 26 de Junho, o Parque Nacional de Zinave tinha o objectivo de proteger determinadas espécies animais, em particular a girafa (*Giraffa camelopardalis*), historicamente presente em Moçambique unicamente no sul do Rio Save (STALMAN, PEEL, 2010), a matagaiça (*Hippotragus Equinos*), o topi (*Damaliscus lunatis*) e o avestruz (*Struthio camelus*). Antes do nascimento do Parque, desde 1962, esta área famosa pela riqueza de animais, foi usada como coutada de caça (incluída na Coutada de Caça N.º 4), sob a gestão da Moçambique Safarilândia Lda, que ocupou-se da organização de safaris de caça, fotográficos, contemplativos e ecológicos até 1973. Quando foi criado o parque, já eram activos os grupos revolucionários que lutaram pela independência de Moçambique. Isto foi seguido por um curto período de reestruturação por parte do novo Governo, interrompido pela explosão de uma guerra civil que afligiu o país por quase 20 anos. Devido aos acontecimentos políticos o PNZ permaneceu por longo tempo sem uma administração, favorecendo o aumento da caça furtiva, bem como a instalação de grupos de guerrilheiros, levando à extinção de muitas espécies animais, incluindo as girafas (Ministério do Turismo, 2010: 8). Após a assinatura do acordo de paz em 1992, o parque ficou sem direcção ainda até 1996, quando foi estabelecida a primeira administração com o objetivo de renovar os esforços para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, em seguida reforçados pela inclusão do PNZ no projecto do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo desde 2006.



Mapa 1. O Parque Nacional de Zinave e o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo

A área designada como Parque está delimitada a norte pelo rio Save, incluindo os territórios que estendem-se desde a confluência deste com o rio Chalane para leste e com o rio Madivine para oeste, enquanto a sul marcam a fronteira algumas lagoas, como Chigangajive, Nhaute e Tinguluveni. A área protegida abrange cerca de 4.000 ha e está rodeada por uma zona tampão de 5 km de largura, ao longo dos limites leste, sul e oeste, onde está em vigor a proibição absoluta de caça. Não obstante o artigo 11 da Lei 10/99⁴ estabelece que em áreas de protecção total, como Zinave, são proibidas actividades como a caça, a exploração florestal, agrícola, mineraria e pecuária, aqui, como em muitos outros parques em Moçambique, há a presença de uma população de cerca de 4.500 pessoas que vivem em povoados localizados dentro dos confins da área protegida e na sua zona tampão, cuja sobrevivência depende quase exclusivamente dos recursos do parque. Por este motivo, depois do inserimento da área protegida no PACTFDT (*Projecto de Conservação das Áreas Transfronteira e de Desenvolvimento do Turismo*), foram activadas uma série de iniciativas que visam por um lado a aumentar a capacidade da administração para implementar gradualmente as restrições impostas por lei, por outro lado, quer desenvolver uma actividade turística, como alternativa de subsistência para a

⁴ O artigo 11 da Lei 10/99 de 7 de Julho define os parques como “zonas de protecção total delimitadas, destinadas à propagação, protecção, conservação e manejo da vegetação e de animais bravios, bem como a protecção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético no interesse e para recreação pública, representativos do património nacional” (Art. 11, parágrafo 1).

população local. Além disso, para reduzir a pressão humana sobre a área protegida, a administração do parque em colaboração com o Ministério do Turismo, após cuidadosos estudos e várias reuniões com a população local, estabeleceu a alteração dos limites actuais, de modo a excluir da área protegida todos os povoados, com exceção daqueles localizados no Covane, no norte do parque. As zonas limítrofes, localizadas a leste e oeste dos novos confins, serão assim transformadas em áreas a actividade controlada, onde as populações locais poderão realizar as suas actividades tradicionais, bem como permitir o desenvolvimento de actividades alternativas.

Devido à implementação destes numerosos projectos, o parque encontra-se hoje investido por acções de planificação importantes que visam a favorecer a sua reestruturação interna, com a definição de novos limites e a implementação de novas regras para as populações locais, além de ser envolvido em um programa maior, como o do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo e do PACTFDT, graças ao qual foi activada a primeira fase de repovoamento das espécies animais já extintas localmente. A situação, portanto, requer um estudo cuidadoso, baseado em uma análise do contexto local, levando em consideração os aspectos culturais que caracterizam a área, através de uma análise da organização sócio-territorial dos povoados existentes hoje no PNZ, assim de recuperar os conhecimentos básicos, úteis quer para melhorar a gestão e o planeamento das acções futuras por parte da administração, quer para a valorização turística de toda a área protegida.

Analisando os documentos oficiais produzidos nos últimos anos pelo parque, em colaboração com os diferentes actores envolvidos nos projectos em curso (Ministério do Turismo, 2010 e 2011), para além de folhear as páginas das estratégias propostas pelo Governo central para o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas (Ministério do Turismo, 2004), é possível detectar três palavras-chave: participação, sustentabilidade e desenvolvimento. Os relatórios, de facto, põem as áreas protegidas no centro das estratégias de promoção do turismo, como principal recurso para promover o desenvolvimento local, através da implementação de uma gestão sustentável em que as comunidades locais resultam ser as principais protagonistas. Aprofundando a análise das práticas actuais no parque de Zinave, contudo, é de notar como todas as intervenções previstas partem do pressuposto que é necessária a realização de iniciativas que visam à protecção da natureza, considerando as comunidades locais como um perigo potencial para o equilíbrio biológico, notando a falta de uma profunda reflexão sobre o papel das estruturas territoriais das comunidades que vivem nesta área. A ênfase é posta sobre as questões ambientais e a protecção dos ecossistemas, em vez que sobre o processo social relacionado com as formas territoriais locais e isso remete à necessidade de compreender qual é a relação existente entre as comunidades locais e seu próprio território, a fim de evitar conflitos e promover um desenvolvimento harmonioso. A metodologia aplicada durante o trabalho de campo revelou-se uma ferramenta de análise da situação local útil, e tornou

possível não só visualizar e localizar os recursos do parque, com destaque para os habitat frágeis, mas ao mesmo tempo levou a uma reflexão mais profunda sobre o significado de território de um ponto de vista social.

Vamos agora analisar em pormenor os resultados obtidos na primeira fase de aplicação desta metodologia no PNZ.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA PARTICIPATIVA: A ESTRATÉGIA SIGAP

A estratégia SIGAP (Sistemas de Informação Geográfica para as Áreas Protegidas / Ações participadas)⁵ é uma metodologia de pesquisa articulada em fases modulares e baseada no trabalho de campo e no envolvimento dos actores locais. Esta, em particular, tem como objectivo recuperar as dinâmicas territoriais e os valores paisagísticos próprios das culturas locais, como plataforma para gerir um território. Através de um mapeamento participativo e a múltiplas escalas (local e regional) são apresentados e comunicados estes valores, a fim de criar ferramentas úteis nas fases de consulta (Casti 2007: 73-75. 2009: 38-48). Em particular, esta metodologia assume os princípios do desenvolvimento sustentável e da *community conservation*, traduzindo-os operacionalmente, permitindo que as informações recolhidas no terreno possam tornar-se os verdadeiros indicadores para o planeamento. De facto, o território não é só um conjunto de recursos naturais, mas remete-se aos valores simbólicos e culturais que contribuem a construir a identidade da mesma comunidade. Recuperar estes valores consente de aprofundar o tipo de relação que a comunidade estabelece com o seu ambiente, que se torna fundamento para a elaboração de estratégias para a gestão dos recursos e da preservação ambiental. A fim de comunicar estes valores, a SIGAP baseia-se no uso do mapa como instrumento por excelência de restituição de um território, mas multiplica os agentes de produção através da participação. É assim que os actores que operam no território tornam-se eles mesmos os construtores da sua própria cartografia, que, através modalidade gráficas que muitas vezes quebram os rígidos esquemas topográficos, conseguem narrar o sentido do lugar na maneira em que é vivido pela comunidade (CASTI, 2009: 44).

Apresentamos a seguir os resultados obtidos da aplicação da Estratégia para o trabalho de campo realizado dentro do parque de Zinave, assim de destacar as dinâmicas desencadeadas pelas populações locais, assim como os principais problemas existentes na área.

4. APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA SIGAP NOS POVOADOS DO PARQUE NACIONAL DE ZINAVE: A FASE DE CONHECIMENTO

⁵ Formulada pela equipe da Universidade de Bergamo (Itália), esta estratégia foi testada nas periferias do Parque Transfronteiriço W (entre Burkina Faso, Benin e Níger), no âmbito do "Programme Régional Parc W / ECOPAS" (*Ecosystèmes Protégés en Afrique Sahélienne*).

O Parque Nacional de Zinave foi objecto de um estudo realizado para quem escreve, entre Abril e Setembro de 2011, no âmbito do Doutoramento em "Geografia do desenvolvimento e das dinâmicas urbano-regionais"⁶. Mais especificamente tem sido aplicada a primeira fase de conhecimento da Estratégia SIGAP realizada através da observação, do inquérito e da redacção de uma cartografia participativa de conhecimento, útil para recuperar as informações sobre a herança cultural dos povoados⁷.

No que diz respeito à fase de observação e inquérito, foi indagada a organização tradicional dos povoados e os sistemas locais de utilização dos recursos permitindo de criar, directamente em colaboração com as populações, um repertório de informações sobre os povoados do Parque até agora praticamente inexistente. Em seguida, foram realizados documentos cartográficos, com o envolvimento das comunidades locais, que poderão ser usados para implementar o processo de *governance* ambiental e de participação das populações nas fases de tomada de decisão (BURINI, 2004: 115; CASTI, 2006: 970-971). Em particular, foram georeferenciados todos os povoados dentro da área protegida e na sua zona tampão reconstruindo, ao mesmo tempo, a organização tradicional, estruturada em mais níveis, e tem sido estudado em detalhes um povoado amostra, focando-se em particular na utilização dos recursos.

4.1. Organização territorial e conhecimentos tradicionais nos povoados do Parque Nacional de Zinave

Os povoados hoje existentes dentro do Parque Nacional de Zinave e na sua zona tampão foram fundados, de acordo com o conto feito pelos líderes tradicionais encontrados durante o trabalho de campo, ao tempo da guerra de Ngungunhane, último imperador de Gaza⁸, com os *Tsonga*, que viviam na região. A fim de ter um melhor controle sobre os novos territórios e manter a própria autoridade era uso comum de parte do soberano, fixar nas áreas recém-conquistadas pessoas de confiança, substituindo os velhos líderes tradicionais (RITA-FERREIRA, 1974:173; DAVA, 1997:21). Com a deportação de Ngungunhane em Portugal e a conseguinte queda do Reino de Gaza, em 1896, os Portugueses começaram a própria instalação político-administrativa nesta área (DAVA, 1997:24). O estabelecimento de uma nova ordem provocou mudanças profundas na estrutura política tradicional da região, devido à reorganização do território em unidades administrativas uniformes, o que levou ao fraccionamento das possessões das linhagens aristocráticas, renomeados *regulado* ou *cabado*, para reduzir a sua influência (YAÑEZ CASAL, 1996:86). Os poderes tradicionais tornaram-se instituições políticas ambíguas, enquanto apesar de representar a organização sócio-territorial local, foram simultaneamente integrados e submetidos pela administração colonial, através

6 A tese, em fase de redacção, é dirigida pela Prof. Emanuela Casti, responsável do Laboratório cartográfico *Diathesis* da Universidade de Bergamo (Itália): www.unibg.it/Diathesis.

7 Trata-se do conjunto de conhecimentos relacionados à organização territorial e ao uso dos recursos que garante a reprodução física e simbólica das populações locais.

⁸ O Reino de Gaza, em 1860, no auge da sua expansão, chegou a ocupar a zona compreendida entre o rio Maputo e o Zambeze.

da publicação de uma série de normas (Reforma Administrativa ultramarina RAU de 1907 e 1933, Acto Colonial de 1930) que atribuíam às autoridades tradicionais o reconhecimento de diferentes tarefas (recolha do imposto da palhota, controle do acesso de estrangeiros no regulado, ...) (DAVA, 1997:25-30; FELICIANO, 1998:91-96). A introdução destas leis, no entanto, não significavam de forma alguma a valorização destas autoridades, mas pelo contrário tinham como objectivo diluir e reduzir o seu poder. Com a independência e a ascensão ao governo da Frente de Libertação de Moçambique, a partir de 1974, começou uma tentativa de remoção e aniquilamento dos chefes tradicionais, acusados de ter apoiado e ajudado a administração colonial, tendo em vista a formação do "homem novo", livre de qualquer preconceito incompatível com o processo revolucionário (CUHAELA, 2007:89). Foi assim que os régulos foram formalmente substituído por *Grupos Dinamizadores*, formados por pessoas de confiança do Partido que tinham a tarefa de difundir as novas idéias que eram a base do sistema político oficial. A estrutura política tradicional foi completamente banida e foi proibida a realização de cerimónias tradicionais, consideradas essenciais para a reprodução sócio-econômica das populações rurais (YAÑEZ CASAL, 1996:86-87).

Este processo de transformação afectou também a área do Parque Nacional de Zinave, onde, ainda hoje, a organização tradicional ressent-se pelas influências externas. Depois de uma recusa inicial, o Governo voltou hoje a reconhecer oficialmente as autoridades tradicionais, mas para a lei, elas são equiparadas aos Secretários da administração, o grau mais baixo da hierarquia oficial. Na verdade, o Decreto Legislativo n.º 15 de 20 de Junho de 2000 define os chefes tradicionais como "pessoas que assumem e exercem a chefia de acordo com as regras tradicionais da respectiva comunidade"⁹, mas, no caso em que há quem a autoridade legítima quer um Secretário, deixa à colectividade decidir qual das duas figuras tem precedência ao nível hierárquico¹⁰. Apesar da tentativa de reconhecimento e valorização dos líderes tradicionais por parte do Estado pode ser considerada um factor importante, ao mesmo tempo, a falta de clareza da legislação cria confusão entre os mesmos líderes, além de causar um esgotamento do poder exercido pelas autoridades tradicionais em favor dos Secretários.

À luz desse processo de transformação que afectou o Moçambique inteiro, durante o trabalho de campo tentou-se reconstruir a rede hierárquica tradicional ainda existente nos povoados do Parque Nacional de Zinave. Primeira etapa do trabalho foi a criação de um mapa de localização do que podiam ser considerados povoados tradicionais, identificados pela presença de uma autoridade tradicional e de específicos lugares

⁹ Regulamento do Decreto 15/2000, Art. 1, parágrafo 1, em: *Boletim da República*, 25 de Agosto de 2000, Suplemento, I Série, Número 34, Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo.

¹⁰ *Ibidem*, Art. 10. Para uma discussão sobre o reconhecimento das autoridades tradicionais em Moçambique ver o volume *O reconhecimento pelo Estado das Autoridades locais e da participação pública*, que analisa a experiência de Moçambique na área da participação pública no governo local e reconhecimento do papel das autoridades tradicionais à luz da publicação do Decreto n.º 15/2000, através de uma comparação entre diferentes modelos de participação activados em alguns países da África Austral: Kyed, Buur, da Silva, 2007.

sagrados reconhecidos por toda a população. A este respeito as publicações produzidas pela administração do PNZ, em particular o Plano de Acção Comunitária (2010) e o Plano de Gestão (2011), fornecem informações gerais sobre os povoados, referindo-se, na maioria dos casos, ao sistema organizacional estabelecido pelo Governo central, que vê o parque dividido em seis Comunidades administrativas (Covane, Machaqueta, Maculuve, Malindile, Mechisso, Tanguane), ou seja grupos de povoados geridos por um Secretário, por sua vez, agrupados em duas Localidades¹¹ (Maculuve e Tanguane), enquanto as informações sobre a tradição resultam ser muito escassas. De acordo com estes documentos, ainda mais, salienta-se que os povoados do Parque são um total de 21 (Ministério do Turismo, 2010:8), mas após as primeiras reuniões com as populações locais tornou-se evidente que a situação no terreno era diferente, enquanto aqueles que foram referidos como "povoados" em tais planos, muitas vezes correspondiam a entidades administrativas, como as sedes das Comunidades, ou a outras áreas do parque. Avançou-se, portanto, a recolher informações pelo que diz respeito a organização tradicional das populações locais, com o objectivo de fazer emergir os agregado de abitações que podiam ser considerados povoados, bem como as diferentes tipologias de relações que existiam entre eles. É assim que, mediante numerosos encontros com as diversas autoridades, oficiais e tradicionais, e o uso de uma cartografia participativa realizada em conjunto com as pessoas encontradas no terreno, foi realizado um primeiro mapa da organização tradicional do Parque (Mapa 1).

Dentro da área protegida e da sua zona tampão, foram, portanto, identificados 19 povoados, aos quais juntam-se seis em desaparecimento (identificados no Mapa 1 com a cor cinzento) porque, sendo localizado em áreas áridas, a maioria da população migrou para as sedes das Comunidades, que tem melhor acesso a fontes de água (bombas manuais, poços). Do ponto de vista tradicional os povoados são estruturados de acordo com a hierarquia que reflete aquela tradicional *matsua* difundida na região, composta por diferentes figuras de autoridade, o que envolve, além dos povoados da área protegida, uma rede maior. No topo encontramos o *hossi ya hombe* (ou régulo) dotado do mais alto poder político e simbólico, seguido por três níveis de autoridade, aos quais correspondem específicos territórios de competência: *hossi ya missava* (em Português *cabo*), *nganakana 1* e *nganakana 2* (em Português *papassão*). Estes níveis são articulados segundo linhas de herança e acesso à terra patrilinear, de tipo colateral, ou seja à morte do líder, quem herda a autoridade é o irmão mais velho, ao qual segue, no caso não há outros irmãos, o seu sobrinho mais velho (filho do irmão mais velho). O *hossi ya hombe* actua como "pai" da comunidade, uma vez que representa o laço entre os vivos e os antepassados (DAVA, 1997:14). É através do *hossi*, de facto, que eles

¹¹ De acordo com a *Lei dos Orgãos Locais n°8/2003*, do 27 de Março, a Localidade é uma “unidade territorial base da organização da administração local do Estado e constitui a circunscrição territorial de contacto permanente dos órgãos locais do Estado com as comunidades e respectivas autoridade” (art. 14, parágrafo 1). Esta “compreende aldeias e outros aglomerados populacionais inseridos no seu território” (art. 14, parágrafo 2).

ditam as regras a que está sujeita a população, influenciando a ordem política, econômica e cósmica. O momento mais importante em que é remarcada esta relação entre a esfera espiritual e a material é a *kuphahla*, um ritual de invocação dos espíritos celebrado ao nível do regulado em diferentes momentos (início da época agrícola, carestias,...) (DAVA, 1997:15). Além do poder religioso ao *hosi ya hombe* é reconhecido o poder político, ou seja o direito de distribuir a própria terra entre os outros chefes dos povoados dependentes dele, tais como *hossi ya missava* e *nganakana*. A ascensão de uma linhagem para o cargo de *hossi* aos tempos de Gaza era baseada na conquista militar e na ordem da chegada e ocupação das terras. Depois a primeira família que fixava-se na área orientava o estabelecimento dos linhagens ou das famílias que seguiam (DAVA, 1997:13). Os primeiros chegados detinham o poder legítimo, tanto do território que da população residente. Eles são, portanto, considerados "vinye va tiko", ou seja os donos da terra ou do "país/mundo" (*tiko*¹²). Ao mesmo tempo, no entanto, é necessário especificar que possuir a terra não significa que o *hossi* tem poder absoluto sobre ela. Esta, de facto, pertence de direitos a todos aqueles que requerem uma porção, mas cabe ao chefe do povoado regulamentar o seu acesso e, portanto, a concessão da licença para se estabelecer no seu território (DAVA, 1997:13). Finalmente, o *hossi ya hombe* é considerado a maior autoridade no território, mas o seu prestígio não deriva da sua riqueza ou do seu poder, mas do respeito que ele tem entre os seus súbditos (DAVA, 1997:14).

Diretamente dependente do *hossi ya hombe*, na hierarquia, encontramos o *hossi ya missava*, ou seja o chefe das terras (*missava* = terra/areia/solo), que é responsável por uma parte do regulado. Na sua zona de competência o *hossi ya missava* tem a tarefa de manter a ordem em nome de *hossi ya hombe* e a faculdade de conceder as terras a eventuais recém-chegados que desejam-se instalar na área. Além disso, os chefes dos povoados de escalão inferior dirigem-se para o *hossi ya missava* no caso da explosão de conflitos, de modo que, apoiado por os seus conselheiros, ele decide se o *nganakana* pode resolver a situação sozinho ou é preciso, nos casos mais complexos, contactar directamente o *hossi ya hombe*. Pelo *hossi ya missava*, dependem então os *nganakana* e destes, por sua vez, os *nganakana 2*, cuja principal função é a de transmitir a palavra da autoridade de nível superior, além de manter o controle e a ordem de territórios distantes e periféricos (YAÑEZ CASAL, 1996:86).

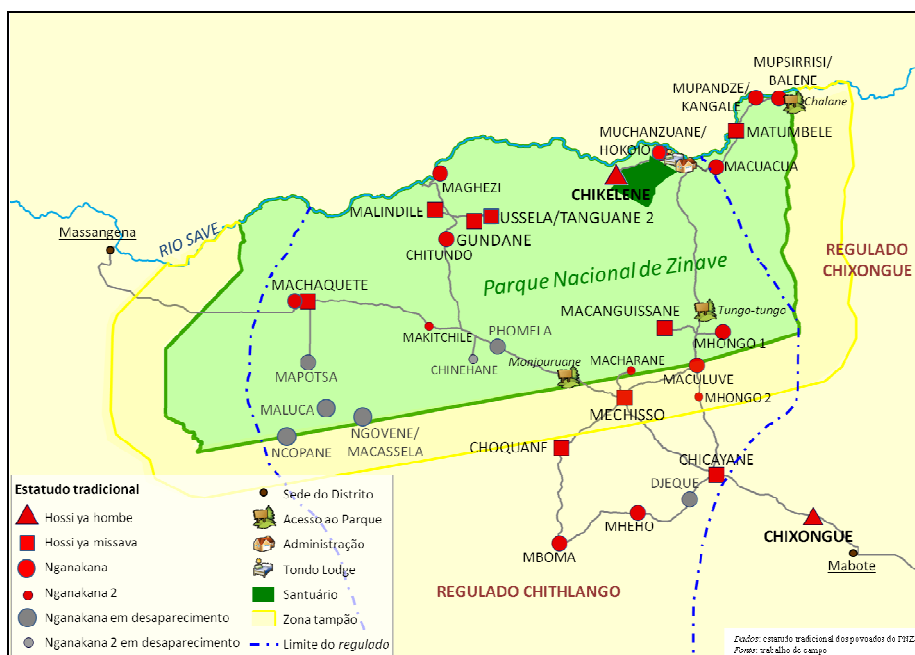
Para apoiar o trabalho realizado por esses líderes dos povoados temos dois importantes grupos de influência: os *tinduna* e os *tindoda*. Os *tinduna* (ao singular *n'duna*) desempenham o papel de conselheiros do chefe na administração do território, enquanto os *tindoda* (ao singular *madoda*) são um grupo de anciões do povoado que actua como órgão consultivo e judicial (DAVA, 1997:15-16). São eles que ajudam o chefe, nos diferentes níveis de autoridade até atingir o *hossi ya hombe*, no desempenho dos julgamentos e outras funções

¹² O *tiko* constitui a unidade política, social, económica e religiosa mais vasta, integranfo linhagens de vários clãs cujo chefe é o *regulo* ou *hosi* (Feliciano, 1998:155).

político-administrativas (DAVA, 1997:15-16). Ambo estas figuras são escolhidas pela comunidade com base na credibilidade reconhecida a eles na sociedade. As duas posições não são hereditárias e podem ser retiradas no caso que a comunidade considera que o indivíduo não está fazendo o seu trabalho correctamente.

Com relação ao nosso estudo de caso, o Parque Nacional de Zinave, durante o trabalho de campo constatou-se que a área protegida é dividida entre dois regulados, o Chithlango, localizado no povoado de Chikelene, ao norte perto do rio Save, que detém a maioria das povoados, e o regulado Chixongue, cuja sede é no povoado homónimo, localizado fora da área protegida. A este último pertencem os povoados localizados ao longo do rio Save, perto da sede da administração (Matumbele, Macuacua, Mupandze e Mupsirrisi).

Descendo na escala hierárquica os povoados que dependem directamente do *hossi ya hombe* Chithlango, chefiados por um *hossi ya missava* são: Ussela, Gundane, Malindile, Machaqueta, Mechisso, Macanguissane, Muchanzuane, além de outras povoados localizadas fora da área protegida, incluindo Chicayane e Choquane. O território da regulado Chithlango, na verdade, estende-se para o sul e para o oeste até as fronteiras da província de Gaza, no norte até o rio Save e ao leste até o limite do regulado Chixongue. Entre os povoados incluídos nos confins do PNZ dependem do régulo Chixongue o *hossi ya missava* de Matumbele, bem como outros localizados ao leste e ao sul, fora da área protegida. Analisando depois a organização hierárquica, é possível detectar a existência de grupos de povoados, dependente do *hossi ya missava*, nos quais chefia um *nganakana*.



Mapa 2. Estatuto tradicional dos povoados existentes no Parque Nacional de Zinave

Do povoado de Macanguissane, localizado no sul, perto do acesso de Tungo-Tungo, dependem directamente os *nganakanas* de Mhongo 1 e Maculuve de que são originários, respectivamente, os *nganakana* 2 de Mhongo 2 e Macharane. Na zona noroeste, ao longo do rio Save, concentram-se os *hossi ya missava* de Gundane, o que dá origem ao *nganakana* de Maghezi, e o *hossi ya missava* de Malindile, cujas dependências são os povoados de Chitundo, além de Maluca e Ngovene, mais ao sul, hoje ambos quase despovoados. Do povoado de Ussela depende directamente o *nganakana* de Phomela, ao qual fazem referência, por sua vez, os *nganakana* 2 de Makitchile e Chinehane. Na parte ocidental do Parque encontramos o *hossi ya missava* de Machaqueta, da qual descendem os *nganakanas* de Mapotsa e Ncopane, dois povoados hoje desabitados. Finalmente, na zona tampão do parque, está situado o povoado de Mechisso, regido por um *hossi ya missava*, do qual originam os *nganakanas* de Mboma, Mheho e Djeque, já fora dos limites da área protegida¹³. Em particular Mechisso parece ser, juntamente com Maculuve mais ao leste, um dos povoados mais activos e flóridos do parque, graças à sua localização privilegiada na estrada que leva de Mabote para Massangena, sede do homónimo Distrito.

No que respeita os povoados do regulado Chixongue localizados dentro do PNZ, verificou-se que pelo *hossi ya missava* de Matumbele dependem directamente os *nganakanas* de Macuacua, Mupandze e Mupsirrisi. Nesta área, em particular, o facto do povoado de Chixongue, sede do régulo, estar localizado fora da área protegida levou a Administração do Parque a excluí-lo da gestão oficial das questões relacionadas com esta parte do seu território. De facto, nos documentos elaborados pelo PNZ e o Ministério do Turismo, como ferramenta para o planeamento das acções a serem desenvolvidas dentro da área protegida, a coexistência de duas diferentes autoridades tradicionais (*hossi ya hombe*) e a divisão do território entre dois diferentes regulados não é mencionado. Além disso, enquanto o *hossi ya hombe* de Chikelene é envolvido nas actividades realizadas pela Administração, sendo, entre outras coisas, um dos membro da associação intercomunitária *Vuka Zinave*¹⁴, o régulo Chixongue não é envolvido por nada, sendo residente numa povoado não afectada pelas questões locais relacionadas a conservação.

Ainda mais, no que diz respeito às autoridades presentes nos povoados pertencentes ao Parque observa-se uma sobreposição entre as áreas de influência das autoridades tradicionais e da nova organização administrativa imposta pelo Governo central. Esta baseou a criação das Comunidades na proximidade dos povoados, ignorando os laços tradicionais existentes entre eles. É por isso que a Comunidade de Mechisso,

¹³ Durante a missão foram visitadas todos os povoados dependentes do *hossi ya missava* de Mechisso para aprofundar a situação local e compreender as relações existentes entre os vários líderes tradicionais e entre eles e o parque.

¹⁴ A Associação intercomunitária *Vuka Zinave* ("acorda Zinave") foi oficialmente criada em 2010, por iniciativa das ONGs italianas LVIA e CeLIM envolvidas em alguns projectos de desenvolvimento dentro da área protegida, com o objectivo de reforçar o diálogo entre as comunidades do PNZ e os outros actores que trabalham no Parque. O grupo é formado por vários representantes, homens e mulheres, das cinco Comunidades da área protegida, incluindo alguns líderes tradicionais, o *hossi ya hombe* Chithlango, alguns representantes administrativos (Secretários e chefes de Localidade).

além dos povoados de Mboma, Mheho e Djeque, inclui também Macharane, regido por um *nganakana* 2 tradicionalmente dependente do povoado de Maculuve, enquanto no caso de Malindile, povoados governados por diferentes *hossi ya missava* (Malindile, Ussela e Gundane) foram agrupados numa única Comunidade, reduzindo a autoridade destes líderes, à qual sobrepõe-se aquela do Secretário, e cortando ao mesmo tempo a relação de subordinação existente entre os *hossi ya missava* e os seus *nganakana*¹⁵.

Esta organização territorial oficial, estabelecida no período pós-independência, com o objectivo de implementar uma nova ordem que tinha que permitir a todas as comunidades de ter acesso aos serviços sociais, como centros de saúde, escolas e bombas de água, levou, portanto, à criação de um duplo nível de autoridade. Com a explosão da guerra civil e a instalação de vários comandos militares da FRELIMO perto ao sítio onde hoje há as sedes administrativas das Comunidades, de acordo com o relato dado pela população local, muitas pessoas decidiram abandonar as suas concessões para deslocar-se em áreas próximas a estas instalações, por ser mais protegidos. Foi assim que, quando a guerra acabou, muitas famílias decidiram ficar nas novas habitações.

Ao estado actual, a criação das sedes das Comunidades administrativas levou algumas vantagens para a população local, incluindo a presença de uma escola primária em cada uma das sedes e a existência de dois centros médicos com maternidade em Tanguane e Maculuve, bem como a construção de várias bombas de água manuais. Mas, ao mesmo tempo, a presença de uma dupla autoridade, tradicional e oficial, conduziu ao aparecimento de conflitos, quer simbólicos quer fundiário, alguns já visíveis enquanto outros ainda não explodido. Em particular, a nova organização administrativa está criando problemas para o reconhecimento do poder das autoridades tradicionais, sendo que alguns povoados governados por um *hossi ya missava* estão a despovoar-se, em favor das sedes das Comunidades, localizadas nas territórios de competência dos chefes do povoado de escalão inferior, criando fricções aos diferentes níveis da hierarquia¹⁶. Embora as famílias decidem mudar-se para locais mais hospitaleiros esses ficam, do ponto de vista simbólico, ligados ao *hossi* do povoado de origem, ao qual continuam a responder para a celebração de seus ritos e das questões simbólicas. Apesar disso, a presença de novas autoridades oficiais na Comunidade, e de outras autoridades tradicionais que gerenciam a distribuição do uso da terra e dos recursos no novo território, levam a uma redução do papel das autoridades tradicionais de origem. Um outro problema observado diz respeito a construção do "santuário" criado pela administração do Parque para a reintrodução das espécies animais

¹⁵ Assim como no caso de Malindile e de Ngovene e Maluca, localizado no extremo sul e dependentes administrativamente pela Comunidade de Machaqueta.

¹⁶ Na área de Tanguane, por exemplo, a criação da Comunidade que inclui os povoados de Makitchile, Phomela e Chinehane, não somente deu origem a conflitos entre os diferentes líderes tradicionais, dado que a sede está situada no território do *nganakana* 2 de Makitchile enquanto o território de *nganakana* Phomela è hoje quase desabitado, mas viu a formação, dentro do mesmo povoado de Makitchile, de dois bairros, com funções diferentes: Tanguane, como sede da Comunidade e da Localidade administrativa, e Dondoti, em que reside o *nganakana* 2.

localmente extintas, que estende-se entre o povoado de Chikelene, onde há a sua sede o regulado Chithlango, e o povoado de Mutsanzuane. A criação desta nova estrutura, cercada por redes eletrificadas, além de ter subtraído terra sob a autoridade do *hossi ya hombe*, resultou na interrupção da estrada que leva ao povoado de Chikelene por um período de vários meses. Apesar do régulo ter sido muito diplomático e durante várias reuniões ter afirmado que a reintrodução dos animais e, em seguida, o desenvolvimento do turismo no Parque poderá, no futuro, levar a uma melhoria das condições de vida de sua população, e a administração ter motivado o fecho das portas da cerca com problemas relacionados ao roubo de material e ter trabalhado para abrir a nova estrada rapidamente, este acto demonstra a falta de consideração da autoridade representada pelo régulo, apesar de ser a principal entidade política na área. De facto, o povoado de Chikelene é hoje habitado por poucas famílias (18 concessões), mas isso ainda representa o núcleo de um território maior, que estende-se para o sul até o Distrito de Zimane, bem além dos limites do Parque Nacional de Zinave.

Podemos, portanto, concluir que a área do parque de Zinave é caracterizada hoje pela presença de uma estrutura tradicional, que sobreviveu até agora, apesar de várias tentativas para reduzir o seu poder, tanto no período colonial que pós-independência, mas que está actualmente ameaçada por causa da sobreposição da autoridade do Governo. Esta situação causou, e causará no futuro, o surgimento de conflitos entre o poder tradicional e o legal. Apesar de uma declaração de vontade de respeitar e envolver as autoridades tradicionais implícito no Decreto 15/2000, na prática a organização tradicional é reduzida e esvaziada em favor daquela administrativa, com a criação de entidades homogêneas, que não refletem a realidade local. Consequentemente a administração do Parque adapta-se também, assumindo a Comunidade como entidade mínima de referência para a gestão do território incluído dentro dos seus limites. Como já mencionado acima, de facto, o Plano de Gestão do PNZ ignora quase completamente a organização e a hierarquia dos povoados tradicionais, em vez de valorizar a sua especificidade, sendo mais preocupado em alterar os limites do parque, a fim de excluir o maior número de pessoas da área protegida, que de parar e analisar as dinâmicas em acto no território. Compreender como os povoados organizam-se e quais são os mecanismos que favorecem a sua reprodução, no entanto, pode ser crucial para o sucesso dos projectos de desenvolvimento da área protegida, já que permite identificar interlocutores de confiança e reconhecidos pela comunidade do Parque, que podem colaborar activamente na gestão do mesmo.

4.2. O caso do povoado de Mhongo 1

O povoado de Mhongo 1 encontra-se no lado leste do parque, entre a zona tampão e a área protegida e é caracterizado pela sua localização perto da Comunidade de Maculuve, situada no acesso do parque e na via de comunicação principal. A análise apresentada aqui centra-se nas formas de utilização dos recursos,

omitindo o sistema tradicional que gere o povoado, que corresponde ao descrito acima para a região. Na primeira fase, o monitoramento¹⁷ de todas as concessões na área, permitiu a recolha de dados relativos aos aspectos quantitativos assim como qualitativos da população. Posteriormente foram organizadas reuniões com alguns grupos (*nganakana*, os conselheiros, o grupo das mulheres...), durante os quais foram investigadas as principais actividades produtivas praticadas pelos habitantes. Finalmente, a estadia no povoado permitiu-nos de conhecer o território quer durante o "censo" quer na segunda fase, quando a equipe foi guiada pelos líderes dos povoados em uma visita a alguns lugares significativos (locais sagrados, áreas agrícolas...).

O designador Mhongo, vem do nome de um antigo *nganakana* que governou a área durante o período colonial. O número 1 deriva do facto de que, durante o censo realizado pelo Governo Português com a finalidade de registrar todos os povoados da região, foram detectados dois aglomerados com o nome de Mhongo, já que ambos eram regidos por este *nganakana*. Os dois povoados foram assim distintos e identificados como Mhongo1 e Mhongo 2, na ordem em que foram registados.

O território do povoado estende-se para o norte até Covane, onde fica a sede da administração do Parque, para o sul até Chikayane, a oeste até Macanguissane, enquanto no leste faz fronteira com o território de Punguene, no regulado Chixongue. O povoado de Mhongo 1, actualmente, desenvolve-se na parte ocidental de seu território, cujos limites são marcados por uma estrada de terra que leva de Mabote para Covane, enquanto a área ao norte-leste parece ser, de acordo com o conhecimento local, a mais rica em recursos naturais, graças à presença de numerosos pontos de água. É aqui, na área chamada *Kuhatsa*, que são desenvolvidas o maior número de actividades, incluindo a agricultura, a colheita de frutos silvestres e, anteriormente, a caça. A área em que concentram-se mais concessões, pelo contrario, é conhecida como *Chimhembane*, como a lagoa temporária localizada a norte do povoado de que, anteriormente, extraía-se a argila (*mhemba*)¹⁸, usada para a produção de objectos diferentes.

O sistema económico e de subsistência local depende, em grande parte, da agricultura e, em menor medida, da criação. A estas actividades juntam-se também a colheita de frutos silvestres, a pesca e a produção de mel, que desempenham um papel fundamental na integração da dieta diária das famílias. Em geral todas as actividades que envolvem o uso de recursos naturais são reguladas por normas tradicionais que organizam o

¹⁷ O censo foi realizado no período entre os dias 26 e 29 de agosto de 2011 através de um inquérito que incluiu a recolha de dados sobre três aspectos principais: a população presente no povoado (aspectos quantitativos e qualitativos), movimentos migratórios, tipo de actividades praticadas. Durante esta fase registou-se a presença de 44 concessões, para um total de cerca 286 pessoas, incluindo 129 homens e 157 mulheres, dos quais cerca de metade são menores de 18 anos.

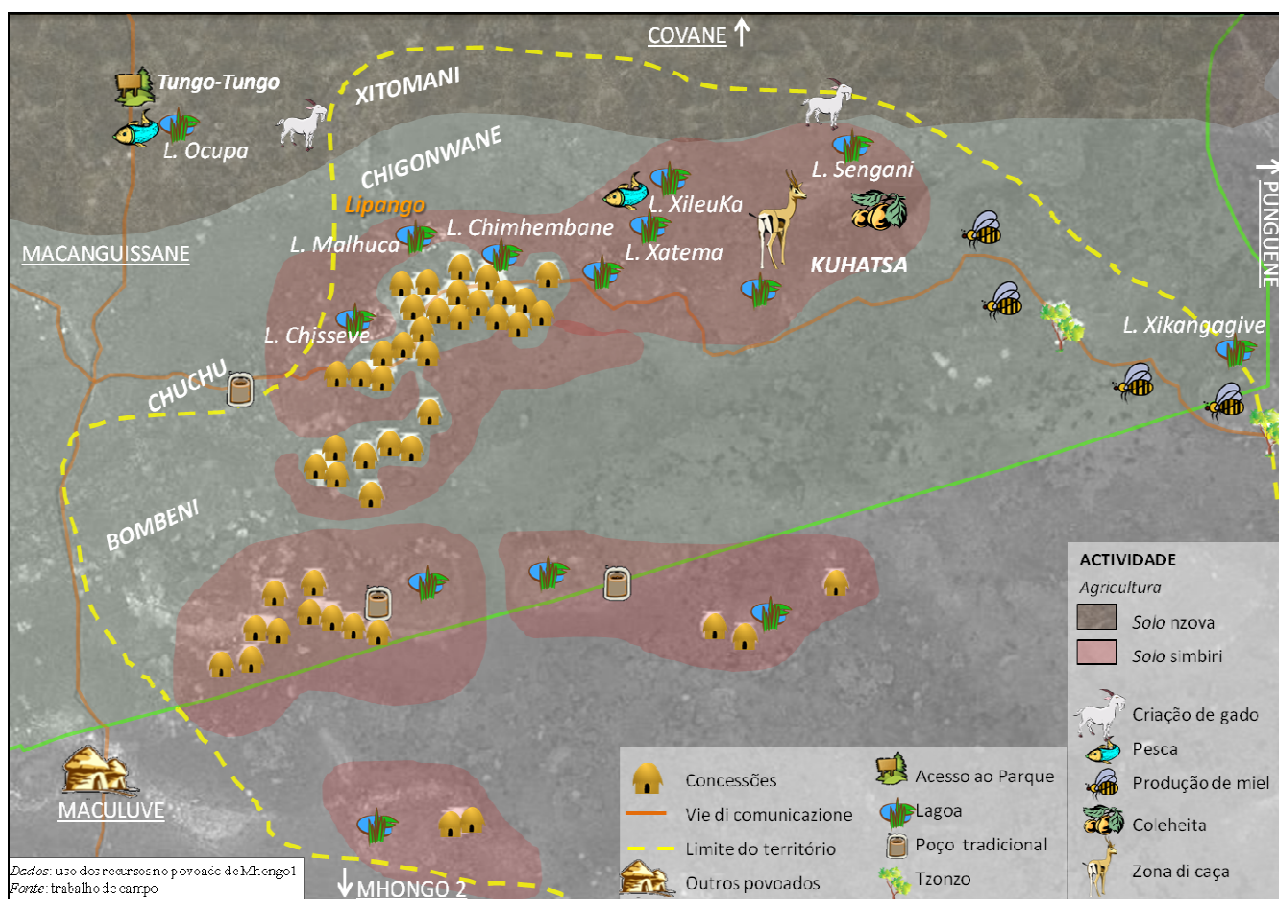
¹⁸ O designador, neste caso, além de desenvolver a função referencial primária capta e veicula um significado performativo, ou seja atribuído pelas populações locais de acordo com as suas próprias práticas sociais (Turco, 1988:84-90).

acesso, a fim de assegurar uma gestão sustentável que vai garantir o sustento de toda a comunidade. Especificamente, no que diz respeito à agricultura (*kurima*), as terras mais adequadas para a preparação dos campos (*máximo*), de acordo com o conhecimento local, parecem ser essencialmente de dois tipos: *nzova* ou *tzengue* e *tzongo* ou *simbiri*. Os primeiros tomam o nome, respectivamente, da *Annona sp* e da *Acacia Chrysophilla*, a vegetação predominante nessas áreas, são de tipo argiloso e encontra-se principalmente em zonas húmidas perto das lagoas e das áreas aluviais. Estes são os solos mais férteis e melhores para a cultura de milho (*chifaque*), mapira (*machalane*), amendoim (*timanga*), feijão (*timbawene*) e diferentes tipos de abóbora (*makwembe*). Dentro do território de Mhongo 1, a área principal, onde é possível encontrar este tipo de solo e conhecida pela população como a mais fértil do próprio território, é *Xitomani*¹⁹, perto da lagoa de *Ukupa*, para o norte. Esta é hoje nos limites do acesso de Tungo-Tungo ao parque, e é considerada área protegida onde é proibida a prática agrícola. A limitação imposta resultou no nascimento de um conflito entre o parque e a população local, que pede de poder ter livre acesso às terras mais férteis. Em particular, os moradores do povoado demonstram preocupação pelo futuro, quando, devido ao aumento da população, a área de *Kuhatsa*, usada actualmente para a produção agrícola, não será mais suficiente, levando à explosão de conflitos sobre a propriedade das terras. O solo *nzova* é presente também perto de outras lagoas, mas em quantidades muito reduzidas, por essa razão as populações locais identificam a área de *Xitomani* como essencial para a própria sobrevivência.

O segundo tipo de solo utilizado, *tzongo* (do nome da árvore de miombo) ou *simbiri*, é de uma cor avermelhada, menos fértil do que o anterior e principalmente usados para crescer mexoeira, feijão e mapira (*mahova*). Além disso nesta área são cultivadas as castanhas de caju (*micanju*), que não só são parte integrante da dieta, mas são também vendidos no mercado em Mabote, representando uma importante fonte de renda para a comunidade (Ministério do Turismo, 2010:11). Este tipo de solo encontra-se espalhado no território, em particular perto das habitações e na área de *Kuhatsa*, na qual estão actualmente concentrados a maioria dos campos cultivados. A agricultura é itinerante e vê a exploração de uma porção de terra para um máximo de cinco anos, após o que é abandonado durante um tempo muito longo, mais do que dez anos, necessários para restaurar a fertilidade do solo, devido à falta de práticas de fertilização por parte da população local. O direito de acesso à terra, bem como o uso de outros recursos, como animais bravios, madeira, materiais de construção, frutos silvestres, é permitido ao indivíduo porque membro de uma rede de relacionamentos, a linhagem, e regulamentada pelo *nganakana*. Acredita-se que qualquer utilização abusiva ou ilegal do território pode estar sujeita a punição pelos espíritos dos antepassados, os legítimos "donos" da terra. Os infractores, portanto, são excluídos da participação na rede de segurança e de

¹⁹ A palavra *Xitomani* deriva do *xitina* (tijolo). A área é identificada assim para a presença de um sinal de confinamento posto aqui nos anos '60 para indicar os limites da coutada da Safarilândia.

ajuda mútua que se estabelece através do casamento e dos processos de sucessão (Loforte, Raimundo, 1998:14). Os indivíduos adquirem o direito sobre a terra e mantê-lo permanentemente, passando-a como herança para seus filhos, porque eles a cultivaram e assim sendo têm cumprido as suas obrigações para com os antepassados, como exigido pelas normas comunitárias (LOFORTE, RAIMUNDO, 1998:14). É o *hossi ya hombe* que, com a celebração de uma cerimónia por todo o regulado, quem estabelece o início da época agrícola, enviando uma mensagem para todos os líderes dos outros povoado, que por sua vez, honram os seus antepassados. Ninguém no povoado, pode decidir usar os recursos de forma autonoma, a sua colheita e o seu uso é estritamente regulado pelas cerimônias realizadas pelo *nganakana*, a fim de garantir o uso adequado da terra e impedir a exploração descontrolada, o que poderia levar o esgotamento dos recursos ou conflitos em uma área onde os recursos alimentares são escassos.



Mapa 3. Digitalização dos mapas participativas realizadas no Mhongo 1 sobre o uso dos recursos naturais

Uma segunda actividade praticada pelos habitantes do parque de Zinave, tanto pelo valor simbólico que prático, é a criação de animais (*kufuia*). Actualmente, a área privilegiada para a pastagem é *Xitomani*,

porque, como proibiu a actividade agrícola, não há conflitos entre agricultores e pastores. Cada família do povoado tem algumas galinhas, que são utilizadas quer para completar a dieta quer para a venda, enquanto que os cabritos são o segundo tipo de gado difuso na área, pelo contrario há poucos bovinos²⁰. A presença de poucos animais²¹ é explicado pelos habitantes como consequência das políticas do Parque. De facto, além das limitações impostas para a execução desta actividade, a comunidade teme que, com a reintrodução de animais bravios, o gado possa ser atacado e que as perdas não sejam compensadas pela administração, levando muitas pessoas a desistir do investir nesta actividade.

A imprevisibilidade climática que caracteriza esta área e a consequente impossibilidade de assegurar uma produção agrícola regular e suficiente para o consumo alimentar, tem levado ao desenvolvimento da actividade de colheita de frutos silvestres, o que garante uma variedade na dieta e a possibilidade de encarar também os períodos de fome. Esta é exercida principalmente por mulheres auxiliadas por crianças e afecta muitos tipos de frutas, sementes e raízes, incluindo *machala* (massala), *titi*, *madokomela*, *mavikua*, *mawungo*, *muhocue* (o fruto do imbondeiro) e *macacua*. Finalmente, o *mubave* (cacana), de que usa-se as folhas e os frutos, constitui hoje um elemento fundamental para o sustento das populações, especialmente em épocas de seca, porque pode ser encontrado em todas as estações do ano. A área privilegiada para a realização desta actividade é, mais uma vez, *Kuhatsa*, particularmente rica em árvores frutíferas. A colheita é feita por um técnica concordada, que proíbe as populações de subir nas árvores. Para recolher os frutos dos ramos são usadas estacas longas que geralmente não chegam ao topo das plantas, deixando sempre alguns frutos que amadurecendo na árvore liberam as sementes, começando um novo ciclo reprodutivo (Ministério do Turismo, 2011b:48). Muitos produtos florestais, incluindo *machala*, *titi*, *madokomela*, são utilizados para a produção de *sope* (bebidas alcoólicas fermentadas). Estes não só desempenham um papel económico, sendo produzidas e vendidas pelas mulheres do povoado, mas também têm um papel social porque são oferecidas em ocasiões solenes, como cerimónias, consumidas durante festas e outros eventos, e usadas para estabelecer acordos ou pagar multas (Ministério do Turismo, 2011). Além dos frutos a floresta oferece à população também materiais de construção para suas casas. Para a coberturas dos telhados, em particular, são usadas pelo menos três diferentes espécies herbáceas, quais *Heteropogon contortus*, *Eragrostis pallens*, *Aristida cf. adscensionis*, que muitas vezes são também colhidas e vendidas fora do parque. A madeira privilegiada para a construção da estrutura das palhotas é o *simbiri*, porque

²⁰ O gado bovino está sendo recentemente introduzido na área pelo programa de fomento pecuário. A criação deste não era praticada até anos recentes devido a existência da mosca tsé-tsé (Ministério do Turismo, 2010:11).

²¹ Dentro do povoado apenas uma família que vive no sudeste fora do centro habitado, tem um rebanho de cabras bastante grande, composto por 30 cabeças, comprados graças ao financiamento do *Fundo de Iniciativas Locais* promovido pelo Governo, enquanto apenas uma pessoa trabalha como comerciante de cabras, indo de vez em quando na província de Manica, ao norte do rio Save, a comprar os animais, que cria po um breve periodo de tempo no parque e depois revende para Massinga, na província de Inhambane.

particularmente robusto e durável, enquanto para ligar as estacas que suportam a estrutura são utilizados os ramos do miombo (*tzonzó*), particularmente flexíveis e resistentes. Outro importante material recolhidos dentro do Parque são as folhas de *mahanga* (*Hyphaene crinita*) que são usados para criar *xinzala* e *ngula* (recipientes para semente). Esta palmeira encontra-se principalmente na área de *Chigonwane*, para o norte, mas a população reclama o facto que o parque requer uma autorização para a exploração deste material, que é preciso pedir aos fiscais da área de Tungo-Tungo, localizado uns quilómetros do povoado, levando-os muitas vezes a desistir da colheita. De acordo com o monitoramento da vegetação desenvolvido por Stalmans e Peel (2010:8) na área protegida, a colheita de lenha para a construção das palhotas não tem, em geral, um impacto significativo sobre os recursos do parque, bem diferente resulta ser pelo uso da casca dos árvores de *tzonzó* para a criação de colmeias tradicionais (*muhamba*), que leva à morte da planta. Apesar dos esforços feitos pela Administração, em colaboração com Frutimel²², que está conduzindo um projecto para desenvolver uma apicultura sustentável, existem poucos produtores que possuem colmeias modernas, que, em qualquer caso, não são utilizadas porque consideradas pouco productivas. De acordo com o conhecimento local a área a leste do território de Mhongo 1 é aquela em que existe uma maior concentração de árvores de *tzonzó* (*Julbernardia globi flora*) e onde pode obter-se uma melhor produção de mel, mesmo que todo o território é favorecido pela presença de estas árvores. Este produto, além de ser utilizado a nível familiar para a alimentação e para adoçar as bebidas fermentadas, é também uma das poucas fontes de renda das populações, para a presença da Casa do Mel criada pela Frutimel em Maculuve, que favoreceu o aumento do preço do mel, melhorando ao mesmo tempo, a renda das famílias que produzem este produto (Ministério do Turismo, 2010:13).

Outra actividade praticada no povoado de Mhongo 1 é a pesca (*kutseva*) nas lagoas temporárias. Tradicionalmente, esta actividade é realizada sempre em grupo, e participam todos os moradores do povoado, mas podem também ser convidados membros de outras comunidades, no caso de lagoas muito grandes. Ao aproximar-se da época da pesca o *nganakana* envia alguns de seus homens para verificar as condições das lagoas (quantidade de água, presença de peixes..). Estes avaliam a situação geral e trazem alguns peixes amostras, de modo que possam ser controlados pelo *nganakana*. Se ele acredita que o tamanho e o número de animais presentes seja adequados é organizada a pesca, para que, antes de entrar na água, o chefe do povoado presta o culto aos antepassados para invocar a protecção dos pescadores de bóia e crocodilos. As áreas preferidas para essa actividade estão ao norte do território de Mhongo 1, em

²² Frutimel é uma empresa criada em 1994, localizada no distrito de Boane, província de Maputo. Desde 2005, ela está envolvido em um projecto patrocinado pela *Direcção Provincial de Agricultura de Inhambane* e financiado pela *União Europeia*, pelo desenvolvimento da apicultura realizado em quatro distritos pertencentes a esta Província (Zavala, Panda, Funhaloro e Mabote), onde foram criadas duas Casa do Mel (em Maculuve, no PNZ, e em Panda), e foram treinados cerca de 300 apicultores, aos quais foram fornecida colméias Langstroth.

particular trata-se das lagoas de Ukupa, Chaximbani, Xileuka e Sangani, porém, por causa das poucas chuvas, desde 2004 a quantidade de peixes é extremamente reduzida. Á pesca podem participar quer homens quer mulheres, usando utensílios diferentes: os primeiros utilizam varios tipos de lança (*tove* e *nanjungo*), enquanto as mulheres usam o *xiranga*, uma armadilha em palha com uma pequena abertura que é imersa na água para armadilhar os peixes. Estes, para ser conservados, são em seguida secados e, no caso de excedentes, podem ser vendidos no mercado de Maculuve ou Mabote. Esta actividade não cria actualmente conflitos com o Parque, que só proíbe a matança de crocodilos e boa, animais que, também a tradição não permite matar, porque não usado para a alimentação.

Antigamente, antes da criação do Parque, na área também era praticada a caça (*cuchota*), quer de forma individual (*ouinga*) quer em grupo (*ndala*). Quanto a esta última era o *nganakana* quem estabelecia, de acordo com as necessidades da população, quando podia ser organizada. Nestes casos, também podiam ser convidados caçadores de outros povoados vizinhos. Na floresta o chefe prestava o culto aos antepassados, porque ninguém ficasse ferido, iniciando três dias de caça, em que os homens permaneciam na floresta. Os instrumentos utilizados eram arco e flecha (*ura*), com o uso de diferentes tipos de setas (*musseve* e *patchua*). Os caçadores uniam-se para formar uma longa linha recta ou a semi-círculo e, caminhando juntos, identificavam os animais, cercando-los e caçando-los. A estas técnicas associava-se o uso de diferentes tipos de armadilhas, que eram montadas e verificadas periodicamente. Os animais caçados eram principalmente gazelas (*chengane*), antílopes (*muti* e *chipene*), nyala e lebres (*m'pfundhla*). Área favorecida para esta actividade era, acima de tudo, *kuhatsa*, no nordeste do território, uma área naquele tempo, pouco explorada e onde, graças à presença de inúmeras lagoas, concentrava-se um grande número de animais. Hoje a actividade é proibida pelo Parque e as pessoas queixam-se sobre o facto de que, em tempos de seca, quando a colheita é escassa (tradicionalmente os períodos em que era organizada a *ndala*), acabam para sofrer a fome porque não podem recorrer a carne como meios de subsistência. Com o desaparecimento do peixe nas lagoas e a proibição de caça a população reclama que as únicas fontes de alimentos são agora os poucos cereais que são capazes de produzir na terra onde o parque não proíbe a agricultura e frutas e raízes que podem recolher na floresta, com uma drástica redução na variedade de sua dieta.

CONCLUSÕES

Comparando as informações contidas nos documentos relativos ao Parque e aos projectos de desenvolvimento com aquelas colectadas durante o trabalho de campo pode-se destacar como a situação encontrada no terreno resulta ser mais complexa do que apresentado pelos relatórios oficiais. Esta diferença deve-se provavelmente ao facto de que todos os organismos envolvidos na gestão do Parque e do projecto de desenvolvimento raciocinam de acordo com modelos territoriais estabelecidos pelo Governo, que vêem o

território dividido em Comunidade e Localidades administrativa, demonstrando pouco interesse naqueles que são as questões tradicionais. Em particular, no que diz respeito à organização sócio-territorial dos povoados, o factor mais importante parece ser que nos documentos oficiais e nos relatórios elaborados pelas ONGs não existe uma lista fiável dos povoados presentes no interior do PNZ. Ao mesmo tempo, nenhum documento leva em conta o facto de que a área protegida, e, especificamente, a área de Covane, é dividida entre dois diferentes *hossi ya hombe*, excluindo o reglo Chixongue, enquanto reside fora do parque, e ao mesmo tempo reforçando o papel do régulo Chithlango, uma situação que, com a implementação de novas leis, pode resultar no surgimento de conflitos. No que respeita à utilização dos recursos, no entanto, deve notar-se que, se hoje as principais restrições impostas às pessoas que vivem no PNZ são relativa à caça, queimadas e o corte de árvores para a produção de madeira, com a aprovação do Plano de Gestão em 2011 deverão ser gradualmente introduzidas novas regras, incluindo a limitação do espaço utilizado para a construção de concessões, para agricultura e pecuária, para o uso de plantas e outros e para a prática da pesca, o que poderá causar a explosão de conflitos sobre o uso dos recursos. Isso destaca a necessidade de desenvolver intervenções participativas no Parque, a fim de informar e envolver toda a população, que hoje, apesar do treinamento e envolvimento organizadas pela Associação *Vuka Zinave*, resulta pela maior parte mal informada sobre os projectos e as actividades da Administração, causando desconfiança e medos para o futuro, que precisam ser esclarecidas o mais rapidamente possível, assim de evitar problemas entre os actores que actuam na área e, ao mesmo tempo, aumentar a cooperação mútua.

As ONGs que trabalham há anos no Zinave começaram um trabalho importante, com o objetivo de promover a conscientização do papel que as comunidades precisam assumir, através de actividades de formação, treinamento e facilitação, bem como permitir um maior fluxo de informações relativas aos projectos realizados do Parque²³. Apesar disso, é necessário destacar a falta de conhecimentos da estrutura de autoridade que regula as comunidades que vivem no parque. Nesta área, os mecanismos que regem as questões políticas tradicionais, a esfera espiritual e uso da terra, são muito mais complexos do que a organização estabelecida pelo Governo, que assumiu o papel de referência para os projectos empreendidos, rebaixando o valor símbolo que é reconhecido ao território pelas pessoas que o habitam. Além disso, perceber quais são os actores que actuam na área, além de régulo e dos secretários, é importante por uma comunicação capilar e envolver toda a população como parte de um projecto comum, um projecto que respeita os papéis, as tradições, as crenças. Além disso, com relação ao uso dos recursos, pelos documentos produzidos pela administração destaca-se um conhecimento geral das actividades tradicionais realizadas pela população local, mas carece uma análise minuciosa das mesmas, detalhada para cada povoado, com a

²³ Em particular, a acção de LVIA, com o envolvimento das populações locais na gestão de um lodge comunidade construída ao longo do rio Save, poderá ter repercussões importantes sobre o desenvolvimento local no futuro.

identificação das áreas consideradas mais importantes pela comunidade, a fim de cruzar os dados sociais com os do valor biológico das diferentes áreas e para determinar quais delas devem ser objecto de uma protecção especial e quais podem continuar a ser utilizadas pelas populações locais para satisfazer as suas próprias necessidades. A análise efectuada com a aplicação da Estratégia SIGAP permitiu a identificação dos sistemas que regulam o território, recuperando os conhecimentos locais, a partir do qual, mais tarde, podem também sair propostas operacionais.

O processo, actualmente em curso, para a redefinição dos limites e a reformulação do papel desempenhado pelas comunidades para a área protegida pode ser uma excelente oportunidade para implementar novos sistemas de gestão, redefinindo as prioridades, os modelos, as metodologias, assim de criar um envolvimento activo das populações locais, melhorando as suas condições de vida e, ao mesmo tempo, otimizando a gestão da área protegida. O trabalho de campo realizado dentro do Parque e aqui proposto, surge como primeira fase de um processo de conhecimento da estrutura sócio-territorial do Parque, que merece ser investigada e aprofundada, de forma a sair dos tradicionais padrões de conservação, que têm como primeiro objectivo a preservação dos ecossistemas e a preservação de espécies ameaçadas de extinção, para abraçar completamente o conceito de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS W., D. HULME. 2001. "Changing narratives, policies & practices in African Conservation". In: Hulme D., Murphree M. (coordenação), *African wildlife & Livelihood. The promise & performance of community conservation*, Oxford, James Currey, pp. 9-23.
- ASHLEY C., ROE D., GOODWIN H. 2001. *Pro-Poor Tourism Report No. 1. Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work For The Poor A review of experience*, Nottingham, The Russell Press.
- BARROW E., MURPHREE M. 2001 "Community Conservation. From concept to practice". In: Hulme D., Murphree M. (coordenação), *African wildlife & Livelihood. The promise & performance of community conservation*, Oxford, James Currey, pp.24-37.
- BARROW E. 2011. "Opportunità e sfide per la Community Conservation in Africa: gli obiettivi sono realmente perseguiti o solamente teorizzati?". In: Cresti I., Touadi J.-L., *Il continente verde. L'Africa: cooperazione, ambiente, sviluppo*, Torino, Bruno Mondadori, pp. 136-161.
- BURINI F. 2004. "Le carte partecipative: strumento di recupero dell'identità africana". In: Casti E., Corona M. (coordenação), *Luoghi e identità, geografie e letterature a confronto*, Bergamo, Bergamo University Press, pp. 185-214.
- 2010. "Per una cartografia partecipativa nel dialogo interculturale". In: Casti E., Levy J. (coordenação), *Le sfide cartografiche*, Ancona, Il lavoro editoriale, pp. 186-198.
- 2012. "Community Mapping for Intercultural Dialogue". In: *EspacesTemps.net*. Disponível em: <http://espacestemps.net/document9252.html>

- 2012. « Cartographie et participation pour la coopération environnementale: le terrain et la restitution des savoirs traditionnels en Afrique subsaharienne », em: *Annales de Géographie*, n. 687, setembre-ottobre, pp. 487-512.
- CASTI E. 2006 . “Geografia e partecipazione: la strategia SIGAP nella RBT W (Africa Occidentale)”, in: *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Serie XII, vol. XI, pp. 949-975.
- 2007. “Cartografia e semiologia della visione: le dinamiche di costruzione di una semantica dell’altrove”, em: Casti E. (coordenação), *Cartografia e progettazione territoriale. Dalle carte coloniali alle carte di piano*, Torino, UTET.
- 2009. “Le paysage comme unité de planification du Parc National d’Arly: la falaise du Gobnangou”, em: Casti E., Yonkeu S. (coordenação), *Le Parc National d’Arly et la falaise du Gobnangou (Burkina Faso)*, Paris, L’Harmattan.
- 2012. “Participatory mapping and environmental conservation in Western Africa: the SIGAP Strategy”, em: Boon E. K, Hens L., Oviedo G., *Management of national parks and biodiversity conservation in Africa*, Dehli, Kamla-Raj Enterprises, pp. 157-172.
- CENCINI C. 2004. *Vivere con la natura. Conversazione e comunità locali in Africa sub sahariana*, Bologna, Patron.
- 2011. “L’Africa delle aree protette: dalla *Fortress Conservation* alla *Community Conservation*”, em: I. Cresti, J.-L. Touadi, *Il continente verde. L’Africa: cooperazione, ambiente, sviluppo*, Mondadori Bruno, pp. 93-111.
- CUHAELA A. 2007. “Descentralização e autoridade tradicional: memória do projecto”, em: Kyed H.M., Buur L., Da Silva T., *O reconhecimento pelo Estado das autoridades locais e da participação pública. Experiências, obstáculos e possibilidades em Moçambique*, Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária – Ministério da Justiça, pp. 89-101.
- DAVA F. P. 1997. *As mudanças na estrutura política da autoridade tradicional de Bilene-Macia c. 1800-1974*, Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- DUARTE P. M., NAKALA M. O. 1999. *EC-FAO PARTNERSHIP PROGRAMME (1998-2000) Tropical forestry Budget line B7-6201/97-15/VIII/FORPROJECT GCP/INT/679/EC. Country brief on non-wood forest products statistics – Mozambique*, Maputo.
- FELICIANO J. 1998. *Antropologia económica dos Thongas do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Historico de Moçambique.
- GHISALBERTI A. 2011. *Le migrazioni in Africa occidentale tra ambiente e politica. La periferia del Parco Trasfrontaliero «W» (Benin, Burkina Faso, Niger)*, Torino, L’Harmattan Italia.
- IIED. 1994. *Whose Eden? An overview of community approaches to wildlife management*, International Londra, Institute for Environment and Development. Disponível em: <http://pubs.iied.org/pdfs/8260IIED.pdf?>
- JONES B., MURPHREE M. 2001. “The evolution of policy on Community Conservation in Namibia & Zimbabwe”, em: D. Hulme, M. Murphree (coordenação), *African wildlife & Livelihood. The promise & performance of community conservation*, Oxford, James Currey, pp. 38-58.

- KYED H.M., BUUR L., DA SILVA T. 2007. *O reconhecimento pelo Estado das autoridades locais e da participação pública. Experiências, obstáculos e possibilidades em Moçambique*, Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária – Ministério da Justiça.
- LOBÃO TELLO J. 1990. *Conservação e utilização do “complexo do Save” (Parque Nacional de Zinave e Coutadas n.ºs. 4 e 5) durante a década 1980-1990*, Ministério da Agricultura, Maputo, Departamento de Florestas e Fauna Bravia.
- LOFORTE A. M., RAIMUNDO I. M. 1998. *Gestão comunitária dos recursos naturais. O Parque Nacional do Zinave*, Maputo, NET – Universidade Eduardo Mondlane.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 2004. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013)*, Maputo, Ministério do Turismo.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 2011^a. *Parque Nacional de Zinave. Management Plan*, Maputo, Ministério do Turismo.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 2011^b. *Parque Nacional de Zinave. Management Plan - Appendices*, Maputo, Ministério do Turismo.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 2010. *Parque Nacional de Zinave, Plano de Acção Comunitária*, Maputo, Ministério do Turismo.
- MOWFORTH M., MUNT I. 2009. *Tourism and sustainability: development, globalization and new tourism in the third world*, Abingdon.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. 2010. *Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014*, Maputo. Disponível em: www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/
- “Resolução n.º 63/2009”, em: *Boletim da República*, 2 de Novembro de 2009, I Série, Número 43, Suplemento, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique.
- RITA-FERREIRA A. 1974. “Etno-História e Cultura Tradicional do Grupo Angune (Nguni)”. In: *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, vol. 11, série C, Lourenço Marques, Instituto de Investigação Científica de Moçambique.
- STALMANS M., PEEL M. 2010. “Plant communities and landscapes of the Parque Nacional de Zinave, Mozambique”, in: *Koedoe* 52 (1), Art. #703. Disponível em: www.koedoe.co.za.
- TURCO A. 1988. *Verso una teoria geografica della complessità*, Milano, Unicopli.
- 1999. *Terra eburnea. Il mito, il luogo, la storia dell’Africa*, Milano, Unicopli.
- 2002. *Africa Subsahariana. Cultura, società, territorio*, Milano, Edizioni Unicopli.
- THORSELL J., HARRISON J. 1990. “Parks that promote peace: a global inventory of transfrontier Nature Reserves”, em: Thorsell J., *Parks on the Borderline: Experience in Transfrontier Conservation*, Gland, Switzerland, IUCN, pp. 3-21.
- VENEMA B., VAN DE BREEMER H. (coordenação). 1999. *Towards negotiated co-management of natural resources in Africa*, Monaco, Lit Verlag.
- YAÑEZ CASAL A. 1996. *Antropologia e desenvolvimento. As aldeias comunais de Moçambique*, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

